

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EM LIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FUEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

LEI N.º 5-72

Data: 11 de janeiro de 1972.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de janeiro de 1972.

a) Wilson Fortes
Presidente

LEI N.º 5-72

Data: 11 de janeiro de 1972.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 11 de janeiro de 1972.

a) Wilson Fortes
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 182-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.158-72, de 1.º de fevereiro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n. 6.174, de

16 de novembro de 1.970, a Angelina Garcia Pacheco ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 183-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 913-72, de 22 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar constar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Leonilda Bittencourt, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar; e,

II — conceder, com fundamento no Art. 70, inciso II, da Constituição Estadual o acréscimo de cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 22 de janeiro de 1.972, data em que completou trinta (30) anos de serviço público.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 184-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.015-72, de 24 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 70, inciso II, da Constituição Estadual, a Wanda Flizikoski, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 25 de dezembro de 1.971, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 185-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os n.ºs 962-72 e 963-72, de 23 e 24 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Aristete Berger, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

I — um (01) ano, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 1.º de agosto de 1.963 e 1.º de dezembro de 1.962, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1.954, 1.955, 1.958 e 1.959; e,

II — seis (06) meses, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 1.º de dezembro de 1.962 e igual data de 1.966, antecipado em razão da incorporação anterior.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 186-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n. 510-72, de 31 de janeiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de José de Arimathea Cleto, ocupante do cargo de nível "PL-28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.968, 1.970 e 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no primeiro quinquênio compreendido entre 14 de março de 1.946 e igual data de 1.951;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com base no Art. 248, da citada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo

quinquênio, compreendido entre 03 de janeiro de 1.963, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeado nesta Casa, e 23 de janeiro de 1.967, antecipado em razão da incorporação anterior e das férias relativas aos anos de 1.963 vinte (20) dias; 1.964 e 1.965, contadas em dobro; e,

IV — conceder, com base no Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 17 de agosto de 1.969, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 187-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.348-72, de 08 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Lupercina Selem Rocha, ocupante do cargo de nível "PL-30" da Série de Classes de Auxiliar Técnico, parte suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 188-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.442-72, de 13 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Rute da Silva Lopes, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de março de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 189-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 679-72, de 08 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Antonio Massuchetto, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 30 de julho de 1.967 e igual data de 1.971, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1.968, 1.969 e 1.970 e da incorporação anterior concedida pelo Decreto Legislativo n. 346-71, de 07 de julho de 1.971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 190-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.572-72, de 16 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Clarice Szatkowski, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 191-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 740-72, de 11 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Reginaldo Xavier Bittencourt ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 31 de janeiro de 1.963 e igual data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 192-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.209-72, de 02 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Hilda Guiomar Arguello, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 193-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.664-72, de 21 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Honória Cordeiro, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 194-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.579-72, de 16 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Jorge Assad Mansur, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 195-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 407-72, de 24 de janeiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Arlete Belmont Zeballos, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 196-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.518-72, de 15 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Joaquim Sabino de Souza, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 197-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 709-72, de 10 de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo n. 535-71, de 03 de novembro de 1.971, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre os vencimentos de Luiz Lima, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 28 de janeiro de 1.971, e não como consta daquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 198-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os n.s 532-72 e 533-72, de 1.º de fevereiro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Eleni Silveira Pavloski, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

I — seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o

primeiro quinquênio compreendido entre 14 de maio de 1.962 e 14 de abril de 1.967, antecipado em razão da contagem em dobro de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1.966; e,

II — seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 14 de abril de 1967 e 14 de agosto de 1.971, antecipado em razão da contagem em dobro das férias referentes ao ano de 1.967 e da incorporação anterior.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Pres'dente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 199-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.532-72, de 15 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Roberval Figueiredo da Silva, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Pres'dente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 200-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.441-72, de 13 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Rute da Silva Lopes, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de abril de 1.972.

a) WILSON FORTES — Pres'dente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 201-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.790-72 de 27 de março de 1972, a deste Poder,

RESOLVE:

Alterar o Orçamento Analítico, para o exercício financeiro de 1972, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 11-72, de 24 de janeiro de 1972, para que tenha a forma anexo discriminada.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de abril de 1972.

a) Wilson Fortes

Presidente

a) Ivo Thomazoni

1.º Secretário

a) Quielse Crisostomo da Silva

2.º Secretário

Código	Especificação da Despesa	Importância
3.0.0.0	— DESPESAS CORRENTES	25.948.595,00
3.1.0.0	— DESPESAS DE CUSTEIO	20.301.887,00
3.1.1.0	— PESSOAL	18.269.467,00
3.1.1.1	— PESSOAL CIVIL	18.269.467,00
01	— VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	13.113.511,00
01	— Subsídios	1.150.000,00
02	— Venc. de Cargos de Provedimento Efetivo	8.643.711,00
03	— Venc. de Cargos de Provedimento em Comissão	300.000,00
04	— Função Gratificada	550.000,00
05	— Gratificação de Representação	4.800,00
06	— Gratificação de Representação de Gabinete	400.000,00
07	— Gratif. p/ Exerc. em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva	500.000,00
08	— Gratificação Adicional por Tempo de Serviço	1.200.000,00
09	— Grat. p/ Execução de Trabalho Especial com Risco de Vida ou Saúde	70.000,00
10	— Auxílio para Diferença de Caixa	25.000,00
11	— Substituições	50.000,00
12	— Outras Vantagens	170.000,00
13	— Salário do Pessoal Temporário	50.000,00
02	— DESPESAS VARIÁVEIS COM O PESSOAL CIVIL	5.155.955,00
01	— Subsídios Variáveis dos Deputados	1.430.000,00
02	— Gratif. p/ Prestação de Serv. Extraordinários	2.193.956,00
03	— Gratif. p/ Elaboração ou Execução de Trabalho Técnico ou Científico	100.000,00
04	— Diárias	150.000,00
05	— Ajuda de Custo	1.230.000,00
06	— Outras Vantagens do Pessoal Temporário	2.000,00
3.1.2.0	— MATERIAL DE CONSUMO	540.520,00
02	— Art. de Expediente Desenho, Ensino e Educação	100.000,00
03	— Material de Limpeza, Conservação e Desinfecção	2.000,00
04	— Combustíveis e Lubrificantes	100.000,00
05	— Materiais utilizados em Oficinas, Acessórios, Peças	

	de Máquinas, de Viaturas, de Aparelhos e de Instalações	70.000,00
08	— Gêneros de Alimentação e de Dieta em Geral	15.000,00
10	— Matérias Primas e Matérias p/ Serviços Diversos	2.520,00
11	— Produtos Químicos, Farmacêuticos, Biológicos e outros de uso nos Laboratórios	15.000,00
13	— Vestuários, Fardamentos, Tecidos em Geral; Roupas de Cama, Mesa e Banho; Material de Dormitório, de Copa e Cozinha; pequenos Objetos de Toilete e uso Pessoal	12.000,00
16	— Placas, Letreiros e Similares	2.000,00
17	— Material Elétrico e de Iluminação; de Rádio e de Eletrônica	20.000,00
18	— Outros Materiais de Consumo	2.000,00
90	— Reserva Técnica	200.000,00
3.1.3.0	— SERVIÇOS DE TERCEIROS	666.900,00
02	— Passageiros, Transportes de Pessoas e de Suas Bagagens	70.000,00
03	— Assinaturas de Órgãos Oficiais, Jornais, Revistas, Publicações Periódicas e Recortes	15.000,00
04	— Iluminação e Força Motriz	36.000,00
05	— Serviços de Asseio e Higiene	80.000,00
06	— Reparos, Adaptações, Recuperação e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	70.000,00
07	— Divulgação de Atos Oficiais, Serviços de Impressão e de Encadernação	80.000,00
09	— Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais	60.000,00
10	— Aluguel e Arrendamento de Imóveis, Fôros e Despesas de Condomínio	23.000,00
11	— Seguros em Geral	5.000,00
12	— Serviços de Alimentação	25.000,00
16	— Outros Serviços Contratuais	1.000,00
19	— Publicações; Propaganda	41.900,00
90	— Reserva Técnica	160.000,00
3.1.4.0	— ENCARGOS DIVERSOS	725.000,00
01	— Despesas de Pronto Pagamento	62.000,00
02	— Premios, Diplomas, Condecorações e Medalhas	1.000,00
03	— Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	340.000,00
07	— Seleção, Aperfeiçoamento e Especialização do Pessoal	15.000,00
21	— Impostos e Taxas	2.000,00
22	— Outros Encargos	5.000,00
90	— Reserva Técnica	300.000,00
3.1.5.0	— DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00
01	— Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00
3.2.0.0	— TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.646.708,00
3.2.1.0	— SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.780.000,00
3.2.1.5	— INSTITUIÇÕES PRIVADAS	480.000,00
1	— Instituições Educativas e Culturais	100.000,00
2	— Instituições de Assistência Social	90.000,00
3	— Instituições de Saúde Pública	90.000,00
4	— Instituições Diversas	200.000,00
3.2.1.6	— OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.230.000,00
1	— Assistência Social	2.220.000,00
3	— Serviços Funerários	10.000,00
3.2.1.7	— RESERVA TÉCNICA	70.000,00
3.2.3.0	— TRANSF. DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.584.306,00
1	— Inativos	2.131.894,00
2	— Pensionistas	185.832,00
3	— Salário Família	266.580,00
3.2.5.0	— CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	282.402,00
01	— Contribuições do Estado	282.402,00
4.0.0.0	— DESPESAS DE CAPITAL	3.851.150,00
4.1.0.0	— INVESTIMENTOS	1.451.150,00
4.1.3.0	— EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	857.100,00
01	— Máquinas, Motores e Aparelhos	187.100,00
04	— Automóveis, Autocaminhões e Outros Veículos de Tração Mecânica	180.000,00
07	— Diversos Equipamentos e Instalações	10.000,00
90	— Reserva Técnica	480.000,00
4.1.4.0	— MATERIAL PERMANENTE	594.050,00
02	— Material Bibliográfico em Geral; Filmotécas; Discotécas	20.000,00
03	— Ferramentas e Utensílios Agrícolas e de Oficinas	1.160,00
04	— Materiais e Acessórios para Instalações em Geral	2.000,00
06	— Material Artístico, Instrumentos de Música, Insígnias e Bandeiras	5.000,00
07	— Utensílios de Copa, Cozinha, Dormitório e Enfermaria	5.000,00
08	— Viaturas de Pequeno Porte	1.000,00

09 — Móveis e Utensílios de Escritório, Biblioteca, Ensino, Engenharia, Laboratório e Gabinete Técnico ou Científico	124.250,00
12 — Outros Materiais Permanentes	35.640,00
90 — Reserva Técnica	400.000,00
4.2.0.0 — INVERSÕES FINANCEIRAS	400.000,00
4.2.1.0 — AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS	400.000,00
2 — Aquisição de Imóveis	10.000,00
3 — Reserva Técnica	390.000,00
4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000.000,00
4.3.3.0 — AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS	2.000.000,00
a — Auxílio ao Departamento de Edificações e Obras Especiais	2.000.000,00
TOTAL GERAL	Cr\$ 29.799.745,00

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislativa

Ata da 18ª Sessão (Extraordinária) — Realizada em 20 de Abril de 1972 (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domício Scaramella.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domício Scaramella, Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Lopes Júnior; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Emilio Carazzai; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacmel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Mauricio Fruct; Muggiati Filho; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues; Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Belinati; Antonio Maciel; Fuad Nacli; Igo Losso; João Mansur; Nivaldo Kruger; Paulo Poli e Wilson Brandão. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados. Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 91-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 245-70, de autoria do Deputado Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Florcoski, na forma que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24 às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 92-71. Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislativa

Ata da 19ª Sessão Ordinária — Realizada em 20 de Abril de 1972 (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacmel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Belinati, Antonio Maciel, Fuad Nacli, Igo Losso, João Mansur, Nivaldo Kruger, Paulo Poli e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do vereador THEODORO DE OLIVEIRA, ocorrido em data de ontem em nossa Capital.

O extinto exerceu a advocacia na cidade de Paranavai, onde grangeou amizades graças à sua inteligência privilegiada, capacidade de trabalho e honestidade.

O jovem advogado, além de sua profissão, militou na política, elegendo-se vereador da cidade de Paranavai, onde marcou sua passagem por projetos de significação regional e pronunciamentos de expressão estadual.

Da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) Wilson Fortes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, inserção em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor PEDRO FECHIO ocorrido no dia de ontem, em lamentável acidente automobilístico no Município de Cianorte.

O extinto residia no Município de São Tomé, onde na qualidade de professor, grangeou a simpatia e admiração do Corpo Discente e Docente dos estabelecimentos onde lecionou, bem como da população desse Município e de Municípios da região onde era conhecido.

Da decisão desta Casa, solicita seja dado conhecimento aos familiares do extinto em São Tomé, Srs. Santo Júlio Fecho e Antonio Fecho.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) Ovidio Franzoni

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 33-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telémaco Borba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

O projeto em tela tem por objetivo a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Município de Telémaco Borba, para o próximo exercício.

Desnecessário se faz dizer que é de suma importância a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo em vista que tal criação irá beneficiar um dos mais progressistas municípios e, consequentemente, o progresso cultural da região.

Projeto de Lei n.º 34-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Rancho Alegre, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, que se pretende seja declarada de utilidade pública, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e a necessidade da criança e da gestante.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente da sessão de hoje, está livre a palavra. (PAUSA). Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 315-70, que autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná, na operação de financiamento a ser efetivada pelo Hospital do Ensino da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 315-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a garantia do Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de financiamento a ser efetivada pelo Hospital de Ensino da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., de São Paulo, para a construção e instalação completa de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O aval do financiamento a que alude este artigo poderá ser dado pelo Banco do Estado do Paraná ou pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP.

Art. 2.º — Nos orçamentos Gerais do Estado constarão dotações orçamentárias específicas destinadas à amortização e resgate do financiamento contraído na forma desta lei obedecendo os seguintes critérios de distribuição:

- a) No exercício de 1975, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais;
- b) No exercício de 1976, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais;
- c) No exercício de 1977, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

Parágrafo único — Os Orçamentos Plurianuais de Investimentos previrão valores fixos para amortização e resgate, na forma do contrato de financiamento a ser contraído, devendo os valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advirem.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2-71, de autoria da Comissão Executiva, fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o Busto do Barão do Rio Branco. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 33-71, que aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando colaboração Técnica e Assistencial em assuntos relacionados com a defesa Sanitária Vegetal, Animal e o Desenvolvimento Sócio-Econômico de seus Territórios. Pareceres favoráveis da C.C.J. **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 34-71, que aprova Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, na forma que especifica. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171-70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Telêmaco Borba e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 198-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Tijucas do Sul, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1970.

(a) Dep. Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tijucas do Sul, possui um razoável contingente estudantil, capaz de frequentar um curso ginasial. Tanto isto é verdade, que no momento, à título precário, funciona naquela região, uma extensão do Ginásio Costa Viana, da cidade de São José dos Pinhais.

Dotar aquela cidade de tal estabelecimento de ensino, parece-nos o mais racional, porque aí, então, se concretizaria a perpetuidade do curso e a consequente estabilização do ensino naquele setor.

Em fase de tais razões, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 198-70

AUTOR: — Dep. Leopoldo Jacomel

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências.

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do Estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, serão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais, de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura."

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória", que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura" o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o Parecer

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lasso — Relator

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

Acyr José

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 198-70

O presente projeto de lei, não apresenta matéria financeira para ser analisada.

Tratando-se da difusão de estabelecimentos de ensino no interior, tão carente de colégios, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Paulo Poli — Relator

Santos Lima

Fuad Nacli

Maurício Fruct

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 198-70

1) — Chegaremos ao pleno desenvolvimento somente através do aprimoramento cultural e educacional de nossa população, sem o que, os poderes constituídos dificilmente conseguirão êxito em sua jornada, por falta absoluta de compreensão de seus governados.

2) — Para chegarmos ao aprimoramento citado, cabe ao Estado educar seu povo, criando escolas e aperfeiçoando o professorado, razão porque somos favorável ao projeto acima epigrafoado.

S.M.J., é o parecer.
Sala das Comissões.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Acyr José

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguau e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 217-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Colegial, anexo ao Ginásio Estadual "Paulo Pimentel", na sede do Município de Mandaguau.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 1970.

a) Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

A dotação, ao Município de Mandaguau, que possui cursos primários e ginásias, de um estabelecimento de ensino chamado "Científico", não contraria a sistemática do quadro estadual de ensino. Antes, pelo contrário, com ela se harmoniza, visto como a unilinearidade do sistema supõe o curso referido, em termos de continuidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO D5 LEI N.º 217-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Mandaguau e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo

Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto à lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "Lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator, Acyr José, Cândido Martins de Oliveira

Vencido, Gilberto Carvalho, Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Júnior.
COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguau e dá outras providências.

PARECER

A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance, quanto a sua natureza, principalmente em se tratando de escolas no interior do Estado.

O presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nacli.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 217-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Mandaguau.

PARECER

1.) A continuação do estudo por parte dos alunos da Região de Mandaguau requer a criação de um Curso Colegial, sem o que grande parte deles será, por falta de condições mais variadas, obrigando a abandonar em meio seu aprimoramento cultural.

2.) Assim sendo, somos pela aprovação do projeto acima epigrafoado, que que só trará benefícios aquela região.

Sala das Comissões.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. THEODORO DE OLIVEIRA. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Fecho. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 171-70, 197-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 198-70, 217-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-70.

Levanta-se a sessão.

P O R T A R I A S :

PORTARIA N.º 124-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.378, de 13 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DURCILIA PRESTES DOS SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 24 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 125-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.769, de 24 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a WALTER CID RODRIGUES E SILVA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 05 de março de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral